

Desemprego e violência doméstica agravam situação de LGBTI na pandemia

(Agência Brasil | 17/05/2021 | Por Vinícius Lisboa)

ONU alertou há um ano que crise acentuaria problemas dessa população

O isolamento social é uma das principais medidas de proteção contra o novo coronavírus durante a pandemia de covid-19, mas, para muitas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais (LGBTI), estar em casa é sofrer violências causadas pela intolerância da própria família.

No Dia Internacional de Combate à LGBTIfobia, comemorado hoje (17), a **Agência Brasil** conversou com o coordenador executivo do Grupo Arco-Íris e diretor de Políticas Públicas da Aliança Nacional LGBTI, Cláudio Nascimento, que alertou sobre o peso adicional de situações como desemprego e confinamento para essa população.

O cruzamento entre a pandemia e a LGBTfobia já havia sido motivo de alerta da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda nos primeiros meses da crise sanitária, no ano passado. Em abril de 2020, a ONU divulgou comunicado antecipando que a emergência sanitária exacerbaria as violências sofridas por LGBTIs.

Integrante de movimentos que lidam com denúncias sofridas por essa população, Cláudio Nascimento lamenta que o cenário tenha se confirmado. “Estar em casa, para a comunidade LGBT, nem sempre é um lugar de conforto e de segurança. Com a pandemia, temos recebido denúncias de todos os tipos, de agressões físicas, constrangimentos, humilhações, agressões verbais, violências psicológicas”, relata Nascimento, que, apesar disso, reforça a necessidade de adotar o isolamento social e evitar

aglomerações para impedir a circulação do vírus.

Para escapar desse ambiente violento em casa e se manter em local seguro, muitos LGBTIs dependem de conseguir uma fonte de renda, diz o ativista, o que esbarra em outro problema agravado pela pandemia: o desemprego. “O emprego é a autonomia, é a independência, é a alforria para muitos LGBTIs poderem tocar suas vidas. Mesmo aqueles que moram com a família, ou têm dificuldade de assumir sua identidade, ainda têm algum tipo de segurança [estando empregados] para sair de casa se precisarem.”

A Aliança Nacional LGBTI estima que o desemprego possa chegar a 40% na comunidade LGBTI, e a 70% na população trans. Os percentuais estão muito acima dos 14,4% de desempregados na população geral, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante disso, a organização não governamental (ONG) reforça a importância de medidas de socorro, como auxílio emergencial às populações mais vulneráveis, e a urgência da vacinação para todos.

“É necessário, nesse período do Dia de Combate à LGBTfobia, chamar a atenção também para a violência estrutural, que se estabelece na exclusão das pessoas do trabalho, da saúde e de outros aspectos que interferem na cidadania e na autoestima”, completa Cláudio Nascimento.

O Dia Internacional de Combate à LGBTfobia é comemorado na data em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), no ano de 1990, após décadas de luta da comunidade LGBTI contra a patologização de sua identidade. Apesar disso, somente em 2018 a transexualidade foi retirada dessa lista.

Para marcar o dia, a Aliança Nacional LGBTI e outras organizações que defendem os direitos da comunidade LGBT vão realizar em suas redes sociais uma live com o tema Pessoas LGBTI+ juntas, resistindo, apoiando e acolhendo, com a participação de artistas, políticos e ativistas, das 18h30 às 21h.

A transmissão ao vivo também vai chamar a atenção para as violências sofridas pela comunidade LGBTI, como o caso da vereadora Benny Briolly (PSOL), de Niterói (RJ), que anunciou na semana passada ter deixado o país temporariamente devido a ameaças contra a sua integridade física. Benny Briolly é a primeira mulher trans eleita vereadora na cidade fluminense.

Dez anos de uniões homoafetivas

Além de alertar para o acúmulo de vulnerabilidades que afetam a população LGBTI, Cláudio Nascimento destaca que, neste ano, a comunidade também comemora os 10 anos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu as uniões homoafetivas e garantiu aos casais formados por pessoas do mesmo sexo direitos iguais aos dos casais heterossexuais.

Em 5 de maio de 2011, os 11 ministros que formavam o STF na época decidiram, de forma unânime, equiparar os direitos das uniões homossexuais aos das heterossexuais. Após a decisão, o Conselho Nacional de Justiça determinou, em 2013, que cartórios de todo o país garantissem aos homossexuais o direito ao casamento. Segundo as Estatísticas de Registro Civil reunidas pelo IBGE, entre 2013 e 2019, cerca de 28 mil casais homoafetivos oficializaram casamentos no Brasil.

Cláudio Nascimento lembra que, desde 2011, decisões da Suprema Corte garantiram outras conquistas importantes, como o reconhecimento ao direito de transexuais corrigirem seus documentos de acordo com sua identidade de gênero, a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo, e a revogação da portaria que impedia homens que fazem sexo com homens de doar sangue.

“O grande desafio é a garantia do cumprimento desses direitos, dessas conquistas”, afirma.

Direitos LGBT no mundo

Apesar dos avanços nos direitos LGBTI nas últimas décadas, 67 países ainda consideram crime relações consensuais entre adultos do mesmo sexo, segundo o último levantamento anual da [Associação Internacional LGBTI](#)

[\(Ilga\)](#). Também há 42 países com barreiras legais contra a liberdade de expressão relativa a questões de gênero e sexualidade.

Enquanto isso, em apenas 11 países, a Constituição prevê a proteção contra a discriminação baseada na orientação sexual. Em 57 países, incluindo o Brasil, existe algum tipo de proteção legal contra esse tipo de discriminação.

As uniões civis entre homossexuais estão garantidas em 34 países, segundo o relatório, e, em 28, pessoas do mesmo sexo podem se casar.

[***Acesse a matéria no site de origem.***](#)

Domésticas estão no grupo dos mais atingidos pela crise econômica da pandemia

(O Estadão de S. Paulo | 20/03/2021 | Por Vinicius Neder e Daniela Amorim)

Há um ano, na tentativa de conter a pandemia, o País parou. As famílias de renda média e alta, que puderam ficaram em casa, usar o comércio eletrônico e lançar mão das entregas a domicílio dos restaurantes, também mudaram suas combinações com as empregadas domésticas. Como resultado, as domésticas estão entre os trabalhadores mais atingidos pela crise da covid-19.

Ao longo de 2020, 1,2 milhão de pessoas perderam o emprego nessa atividade, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas demissões equivalem a 16% do total de vagas fechadas ano passado, entre formais e informais. A piora da pandemia pode ser um obstáculo para a recolocação desse pessoal. É mais uma fonte de aumento da pobreza,

principalmente entre as famílias lideradas por mulheres, em mais um exemplo de como elas são mais atingidas pela pandemia do que os homens.

As trabalhadoras que perderam o emprego encontraram no auxílio emergencial alguma ajuda para sobreviver, mas o valor da transferência de renda foi reduzido - de R\$ 600 para R\$ 300 ao mês - a partir de setembro até a última parcela, em dezembro. Segundo Janaína, o Sindoméstica centralizou doações de cestas básicas por instituições beneficentes e organizou a entrega para domésticas que tiveram dificuldades.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Mulher, preta, baixa escolaridade: o retrato do desemprego no Brasil

(G1| 11/03/2021 | Por Daniel Silveira e Guilherme Fontana)

Dados do [IBGE](#) mostraram que o [desemprego bateu recorde em 20 estados do país no ano passado](#). Mais da metade dos 13,9 milhões de brasileiros sem trabalho eram do sexo feminino; seis em cada dez (60,0%) se autodeclaravam pretos ou pardos; cerca de 1/3 (35,3%) tinha entre 14 e 24 anos; e quatro em cada dez (40,6%) tinha até o ensino médio incompleto ou equivalente.

Em 2020, a taxa média de desemprego entre os homens foi de 11,9%, enquanto **entre as mulheres chegou a 16,4%** - uma diferença de 4,5 pontos percentuais (p.p.) - e ficou acima da média nacional (13,5%).

Entre as pessoas autodeclaradas pretas, a taxa foi de 17,2%, enquanto a dos pardos foi de 15,8%, ambas acima da média nacional. Já entre os brancos a taxa foi de 11,5%, 2 p.p. abaixo da média nacional.

Foto: Wagner Magalhães/G1

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

IBGE: taxa de desocupação da mulher é 37,8% maior do que a do homem

(UOL | 10/03/2021 | Por Daniela Amorim)

A taxa de desemprego entre as mulheres brasileiras foi de 16,4% no quarto trimestre de 2020, 37,8% superior à taxa de desocupação de 11,9% dos homens. Na média global, a taxa de desemprego foi de 13,9% no quarto trimestre.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Ao longo do ano, a taxa de desocupação cresceu para todo mundo, tanto para homens quanto para mulheres. A taxa cai mais entre homens ao fim do ano do que entre mulheres”, explicou Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Renda do IBGE.

O rendimento médio mensal dos trabalhadores homens ficou em R\$ 2.724 no quarto trimestre de 2020, enquanto as mulheres recebiam R\$ 2.219.

Imagem: Getty Images/iStockphoto

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

A pandemia tem sido ainda pior para as mulheres. É preciso políticas específicas

(Carta Capital | 07/03/2021 | Por Adriane Reis Araujo e Ana Lúcia Stumpf González)

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, tem origem nas lutas e na organização sindical de trabalhadoras no início do século XX, em busca de patamares mínimos de direitos trabalhistas, como salário mínimo e limitação de jornada. Essa data marca a reflexão sobre a conquista de direitos pelas mulheres e os riscos advindos da discriminação decorrente dos papéis de gênero, principalmente em um contexto pandêmico.

De acordo com o Relatório Especial da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), das Nações Unidas, a pandemia fez retroceder os avanços do mercado de trabalho das mulheres em uma década: a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres caiu 8% em relação ao ano anterior (de 52% para 46%) enquanto a dos homens diminuiu apenas 4% (de 73,6% para 69%). As dificuldades são ainda maiores quando falamos de mulheres negras, ainda mais atingidas pelo desemprego e pelo subemprego. Dados do IBGE apontam que a taxa de desemprego entre mulheres negras atingidas pelo desemprego e pelo subemprego. Dados do IBGE apontam que a taxa de desemprego entre mulheres negras atingiu 18,2% em junho de 2020, enquanto entre mulheres brancas ficou em 11,3% e entre homens brancos, 9,5%.

FOTO: ANDRÉ COELHO/GETTY IMAGES/AFP

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

OIT: crise de Covid-19 vai deixar legado de pobreza, especialmente para mulheres

Relatório da Organização Internacional do Trabalho adverte que efeitos da pandemia ainda serão sentidos no futuro próximo

[\(Celina/O Globo via Reuters | 03/12/2020\)](#)

A renda caiu ou ficou estagnada em muitos países nos primeiros seis meses de 2020, com a pandemia de Covid-19 atingindo de forma mais dura trabalhadores com baixos salários e mulheres, afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A crise deverá “exercer uma pressão massiva sobre a renda no futuro próximo”, diz a agência da ONU em um comunicado divulgado esta semana. Se a renda caiu ou cresceu amais lentamente em dois terços dos países cujos dados estavam disponíveis, no um terço restante, a alta na renda se deveu mais à perda de emprego por trabalhadores com salários baixos, o que fez a média mais alta.

Sem subsídios para atravessar a [crise econômica que é resultado da pandemia](#) de Covid-19, as mulheres teriam perdido 8,1% de seus salários no segundo trimestre do ano. Em comparação, a perda dos homens teria sido de 5,4%, de acordo com uma mostra de 28 países europeus, como mostra o relatório da OIT.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Mulheres são mais afetadas pelos impactos econômicos da covid-19 nos EUA

[\(Universa, 13/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A crise provocada pela pandemia do novo coronavírus está afetando principalmente as mulheres, que estão perdendo seus empregos a uma taxa mais alta nos Estados Unidos.

Os dados, levantados pelo Fuller Project, organização de notícias sem fins lucrativos, mostram que as mulheres representam a maioria dos trabalhadores que solicitou seguro-desemprego durante as últimas duas semanas de março em pelo menos cinco estados.

“Nunca vimos nada parecido antes. Não é como uma crise normal”, disse Sarah Rayle, uma das responsáveis por conduzir o levantamento, ao HuffPost.

Segundo ela, nessa época do ano, as mulheres representam normalmente 25% a 40% das pessoas que estão desempregadas. Agora, elas representam mais de metade a dois terços.

O dado contraria algo que ocorreu nas últimas quatro décadas, quando os homens eram os mais impactados pela perda de emprego numa recessão.

O fato de elas serem mais afetadas neste momento se deve ao fato de que a desaceleração começou no setor de serviços — com a quarentena, os restaurantes estão fechados e os americanos não estão recorrendo aos serviços de faxina, cabeleireiro — e as mulheres ocupam a maior parte desses empregos.

Um grupo citado como particularmente vulnerável no momento são os

trabalhadores domésticos, como babás e empregadas domésticas — 90% dos postos, cujos salários já são baixos e sem benefícios, são ocupados por mulheres.

A pressão enfrentada pelas mulheres também é maior em casa porque o fechamento das escolas e creches significa que mães solteiras não podem ir trabalhar.

Crise tem cor e gênero, por Flávia Oliveira

Negros e mulheres enfrentam as maiores taxas de desemprego

[\(O Globo, 10/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Na derradeira aglomeração, antes de o coronavírus se impor como ameaça Brasil afora, estive com Nikole Hannah-Jones, jornalista negra que coordenou o Projeto 1619 do “New York Times”. A convite do IMS-SP, participamos no Festival Serrote da mesa em que ela relatou a experiência de contar a História dos EUA, a partir da chegada do primeiro navio com africanos escravizados, há 401 anos, em vez da versão que parte da Declaração de Independência, de 1776. No Brasil, o historiador Luiz Felipe de Alencastro identificou o primeiro desembarque de cativos em 1550, em Pernambuco; com o tráfico negreiro se estendendo até os anos 1850. Nos dois países, séculos de escravidão legaram aos afrodescendentes condições precárias de trabalho, habitação, níveis de renda e bem-estar. Era assim pré-pandemia; pós, assim será.

A última pergunta a Nikole foi sobre os efeitos na população negra americana da temporada de enfrentamento à Covid-19. “Não tenho ideia de qual será o impacto total, mas é algo previsível. Seremos os mais afetados, porque não há rede de proteção para quem não consegue ir ao trabalho; não

tem creche, quando escolas fecham; perdem receitas, quando têm de cuidar de um ente amado. Ficarão expostos como negros e negras, que mal estão se segurando no momento, serão empurrados abismo abaixo. As consequências vão ser mais devastadoras para eles”, sentenciou.

Três semanas depois, a primeira leva de estatísticas sobre a pandemia nos EUA, segundo o “NYT”, mostrou que no estado da Louisiana sete em cada dez mortos pela Covid-19 eram negros. Em Chicago (Illinois), afro-americanos compõem um terço da população, mas correspondiam a 72% dos óbitos. É desfecho que espreeita o Brasil. Com o agravante de uma população muito mais numerosa, perto de 56% do total de habitantes.

Lá como cá, as estatísticas sobre incidência da pandemia por cor ou raça são deficientes. No Brasil, contaminações leves ou assintomáticas mal foram detectadas; faltam testes. Nas fichas de comunicação obrigatória dos casos graves, a informação sobre etnia é quase sempre negligenciada. Isso, até agora, inviabilizou a produção de dados sobre o perfil racial dos doentes por Ministério da Saúde, governos estaduais e prefeituras. Não à toa, a Coalização Negra por Direitos reivindicou em documento assinado por 150 organizações a apresentação dos recortes racial e de gênero. Pleito semelhante fez a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em relatório com uma dúzia de recomendações para o enfrentamento à pandemia.

A crise atual tem cor e gênero. É negra e feminina. A Covid-19 aportou no Brasil pelos corpos de maior renda e pele mais clara, retrato da elite de uma sociedade assentada no racismo e profundamente desigual. A doença, que em pouco mais de um mês alcançou quase 18 mil brasileiros e beira mil mortes, está se espalhando por periferias e favelas, habitadas predominantemente por famílias negras. Na cidade do Rio, dez comunidades são classificadas formalmente como bairros pela prefeitura; até anteontem, quatro delas (Rocinha, Vigário Geral, Mangueiras e Maré) registravam seis dos 73 óbitos confirmados.

A doença e a morte ameaçam os grupos populacionais que agregam variáveis de pobreza multidimensional. Faz tempo que organismos multilaterais elencam, além da falta de dinheiro, outras características que tornam uma família vulnerável: residências com mais de três moradores por cômodo,

pouca ventilação, paredes e cobertura frágeis; falta de saneamento básico; baixa escolaridade; rede de proteção social insuficiente; dificuldade de acesso à internet.

São aspectos que, no Brasil, alcançam principalmente negros, mulheres, idosos pobres, nordestinos. Na Síntese de Indicadores Sociais 2018, o IBGE estimou que 15,5% dos negros moravam em residências com pelo menos uma inadequação, de ausência de banheiro a ônus excessivo com aluguel. No Nordeste, 30,8% dos moradores não tinham acesso à internet fixa ou móvel. É essa gente que, sem trabalho, terá de se habilitar por aplicativo de celular ou computador ao auxílio emergencial de R\$ 600 que a União vai pagar por três meses.

Negros e mulheres enfrentam as maiores taxas de desemprego. No fim do ano passado, estavam desocupados 13,5% dos pretos, contra 8,7% dos autodeclarados brancos; 13,2% delas, 9,2% deles. São também maioria entre trabalhadores domésticos, empregados sem carteira assinada, conta própria sem CNPJ. Formalizados, ocupam majoritariamente as posições sujeitas às demissões ou aos acordos de redução de salário e jornada, suspensão de contratos nos moldes da Medida Provisória 936, da precarização. Em pesquisa do ID_Br, 79% das empreendedoras negras disseram não ter reservas para enfrentar a temporada de isolamento social. São os rostos de uma crise dramática, quando não letal.

Por Flávia Oliveira

Romantizar empreendedorismo

materno é cilada! Veja startups que ajudam mães

Filhos costumam parir grandes empreendedoras. Essa é uma das frases que circulam pelos grupos de empreendedorismo materno e instiga a vontade de apostar todas as fichas em um negócio próprio. De fato, existem centenas de mulheres que, com a chegada dos filhos, não encontraram mais sentido em manter suas rotinas de trabalho e se descobrem empreendedoras bem-sucedidas. Mas o caminho entre o primeiro passo e o sucesso pessoal e profissional ao empreender tem muito mais percalços do que se imagina.

[\(Universa, 31/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A começar pelo fato que, para boa parte das mães, o empreendedorismo não é uma escolha, e sim uma necessidade. Reflexo do mercado de trabalho hostil em relação à maternidade. São poucas as mulheres que anunciam felizes da vida para suas lideranças que estão grávidas. E na volta da licença-maternidade, a insegurança e o medo de perder o emprego fazem parte do pacote de boas-vindas. Com razão: pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que 50% das mulheres são demitidas até dois anos após a licença-maternidade.

“E quando não são demitidas, muitas não conseguem se encaixar na rotina inflexível demais para quem tem filho pequeno esperando em casa”, aponta a diretora de expansão Marcela Aquiroga, da Rede Mulher Empreendedora (RME), maior rede de apoio ao empreendedorismo feminino do Brasil, com 500 mil mulheres cadastradas. A falta de flexibilidade dentro das empresas, aliás, está no topo das motivações para abrir um negócio próprio.

Diante desse difícil cenário, o empreendedorismo parece cair como uma luva para quem deseja continuar ao lado dos filhos e ativar profissionalmente. Estudo feito pela RME mostrou que 75% das mulheres abrem uma empresa após a maternidade. O grande xis da questão é que nem sempre o sedutor discurso que mostra a possibilidade de conciliar maternidade e trabalho dá certo na prática. Isso porque a mulher brasileira ainda é responsabilizada

pelo cuidado da casa e dos filhos, o que faz com que ela já comece seu empreendimento com uma conta que não fecha.

A administradora Rosa Freitas, 36, mãe de David Luis, 3, que o diga. Após a licença-maternidade, resolveu pedir demissão para ficar com o filho. Nesse meio tempo, abriu uma empresa de bolos. “Achei que daria para conciliar tudo, mas foi um tiro no pé. Porque mesmo tirando algum dinheiro com os bolos, eu não conseguia ter tempo de qualidade com meu filho, que ainda era muito pequeno. Não me dedicava nem a uma coisa nem a outra. Não aguentei. Agora estou fazendo cursos em outra área para tentar me recolocar no mercado.”

Ana Laura Castro, co-fundadora da rede Maternativa, que apoia mais de 24 mil mães no Facebook, é enfática ao afirmar que a mulher já começa a empreender com muita dificuldade porque seu olhar é voltado ao ambiente caseiro e familiar.

“Ela trabalha loucamente, com o filho a tiracolo, sem planejamento, geralmente com estrutura precária e, ainda assim, corre o risco de não ganhar dinheiro por falta de recursos e planejamento.” Outra pesquisa feita pela RME comprova: das 2 mil mulheres ouvidas, 86% disseram não ter planejamento antes de abrir o próprio negócio. “E esse é o ponto mais importante para qualquer empreendedor. Se as contas não fecham na planilha, certamente o negócio não vai funcionar na vida real”, diz a consultora educacional em projetos de treinamento para empresas, Sabrina Wenckstern.

Por outro lado, ao ter foco, planejamento e utilizar ferramentas e estratégias certas, é possível nadar contra a corrente e colher os frutos do empreendedorismo materno, como aconteceu com a jornalista Gabriela Miranda, 38, mãe do Benjamin, 8, e da Stella, 4. Com a chegada da caçula veio o desejo de parar de trabalhar fora. Ela então começou a poupar dinheiro para o futuro negócio e, ainda empregada, pesquisou uma área de atuação e se matriculou num curso de especialização, juntamente com o marido, que havia sido demitido. Antes mesmo de o curso começar, ela também foi demitida.

“Unimos as forças e o dinheiro da nossa rescisão para montar e estruturar a nossa agência de comunicação digital, separando uma grana para nos mantermos até que o negócio engrenasse. Já com tudo formado, fiz outro curso de capacitação para ter a real dimensão do que é empreender. Isso nos ajudou a dar passos mais direcionados, ter consciência e recursos emocionais para a tomada de decisões. A agência funciona há dois anos, e posso garantir que os primeiros meses foram de muito trabalho e pouco glamour. Mas está dando retorno. Tenho muito orgulho ao dizer que ninguém da família trabalha fora e a renda familiar é tirada hoje com os ganhos da agência. Ainda assim, vale dizer que, mesmo com cursos e conhecimento, a gente aprende mesmo na prática, com erros e acertos.”

Empresas oferecem ajuda e capacitação para as mães empreendedoras

Para preencher a lacuna da falta de capacitação para as mães que desejam empreender, startups voltadas especificamente ao empreendedorismo materno ajudam as mulheres a terem uma nova visão de negócios. Conheça algumas delas:

- **Escola de Negócios da Mãe Empreendedora**

O que é: Uma edtech do GRUPO M.Ã.E, que existe há 3 anos. A escola ajuda mães empreendedoras a entenderem conceitos de gestão e aplicarem técnicas e estratégias em seus negócios, sem precisar de conhecimentos prévios para isso. A metodologia GO!MAE simplifica conteúdos e conceitos, mostrando casos reais de mães empreendedoras, além de ter o foco nos pilares produtividade e equilíbrio, essenciais para quem deseja conciliar carreira e maternidade.

Objetivo: Ajudar mulheres a obterem lucro por meio de um negócio próprio saudável.

Impacto: No último ano, 3 mil mães empreendedoras foram capacitadas pelo GRUPO M.Ã.E, sendo que a estimativa é atender mais de 10 mil mães empreendedoras no próximo ano.

Investimento: Para ter acesso a mais de 100 aulas online, ao vivo, que vão desde como ter uma ideia de negócio até

abordagens de vendas escaláveis, a mãe paga uma assinatura de R\$ 49,90 ao mês.

- **Social Mom**

O que é: Uma rede para desenvolvimento de mães empreendedoras, que une dois formatos: workshops (Social Mom School) e eventos (Social Mom Day). Tanto em um quanto no outro, as participantes compartilham conhecimentos e experiências sobre o empreendedorismo materno.

Objetivo: Capacitar, encorajar e conectar negócios entre mães empreendedoras, criando um ecossistema próspero, sustentável e acolhedor para os filhos.

Impacto: O Social Mom Day impactou cerca de 5 milhões de mães (redes sociais e blogs parceiros), reunindo ao todo, mais de 600 mães empreendedoras que já assistiram as palestras, trocaram experiências e fizeram networking - um dos objetivos principais do projeto.

Investimento: A maioria das ações são gratuitas, sendo que os eventos custam até R\$ 50.

- **Marketing de Mãe pra Mãe**

O que é: Originado de um grupo no Facebook, a MPPM nasceu como uma agência de marketing para mães empreendedoras, mas não demorou para tornar-se uma aceleradora, promovendo conexões e capacitação. Anualmente as mães da rede se encontram num evento de capacitação chamado Motherworking.

Objetivo: Fornecer mentoria, apoio e estratégias de marketing e vendas para que a mãe empreendedora consiga alavancar seu empreendimento.

Impacto: Ao longo de dez anos de trabalho, mais 20 mil pessoas consomem conteúdos disponibilizados nas redes sociais, sendo que cerca de mil mães tiveram seus negócios acelerados.

Investimento: Além do conteúdo disponibilizado gratuitamente nas plataformas, há pacotes que comportam 10 horas de mentoria em grupo, por R\$ 697.

- **Maternativa**

O que é: Tal qual uma locomotiva, a maternidade se transforma e se move, daí o nome dessa startup de impacto social, que une as palavras “maternidade” e “locomotiva”. O grupo do Facebook se propõe a fomentar o empreendedorismo materno, discutir e transformar a relação entre as mães e o trabalho. Também funciona como um espaço aberto para troca de conteúdos, informações e reflexões sobre negócios e mercado. Há ainda os encontros presenciais uma vez ao mês, e feiras para a venda dos produtos das mães empreendedoras, que acontecem ao longo do ano.

Objetivo: Repensar a relação das mães com o mercado de trabalho.

Impacto: Além das trocas de experiências diárias promovidas por um grupo no Facebook bastante ativo e que conta com mais de 24 mil mães, a rede já promoveu mais de 50 encontros, impactando presencialmente cerca de 2.500 mães. **Investimento:** Não há custo para participar do grupo no Facebook, assim como para assistir as palestras que são realizadas nos encontros maternos uma vez ao mês.

6 armadilhas do empreendedorismo materno

Diversas ciladas criadas em torno de um negócio impedem que as mães empreendedoras tenham uma visão mais clara do que é necessário para que seu produto ou serviço se sustente no mercado. Aqui, a consultora educacional em projetos de treinamento para empresas, Sabrina Wenckstern, listar as mais comuns:

1. Falta de tempo

Ao contrário da crença que diz que ao sair do mercado de trabalho para empreender você terá mais tempo para os filhos, a realidade é que até que seu negócio decole, será necessário trabalhar mais do que as 40 semanais que você estava acostumada. E muitas vezes, boa parte dessas horas será dividindo a atenção entre o computador e o filho, o que leva a um outro problema que é a qualidade do tempo. Não adianta suar a camisa durante 12 horas diárias, mas não realizar o que precisava ser feito. A solução está numa rede de apoio que te ajude com a criança enquanto você trabalha.

2. Falta de conhecimento

Mesmo que você seja uma designer oferecendo serviços de designer, será preciso adquirir capacitações que você ainda não têm, como entender de marketing para anunciar de forma mais certa seus serviços; ter controle financeiro e administrar planilhas; e entender de contratos. Ou seja: além de todas as tarefas que você já faria naturalmente, será preciso dedicar tempo a essa atividade extra. Além disso, ao empreender por necessidade e não por oportunidade, muitas vezes, as mulheres buscam áreas desconhecidas, tendo que aprender tudo do zero sobre o novo ramo. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, existe o risco de atrasar o crescimento do negócio.

3. Falta de capital inicial

Muitas empreendedoras se jogam se cabeça numa ideia sem ter um valor que sustente o negócio durante o tempo de maturação, que é aquele período em que ele se estrutura, fica conhecido, até chegar à fase do lucro. Alguns negócios alcançam lucro em 6 meses, outros levam 6 anos. E se você não tiver programado um respiro financeiro para se manter nesse meio tempo, o negócio pode morrer na metade do caminho.

4. Interesse temporário

É muito comum encontrar mulheres que ao se tornarem mães se apaixonaram pelo universo infantil e criaram produtos voltados à primeira infância. Porém, conforme os filhos cresceram, elas próprias perdem o interesse naquele tipo de produto e em manterem-se no ramo.

5. Falta de apoio e reconhecimento familiar

Muitas vezes os familiares próximos esperam um retorno financeiro rápido. E aí, sem ter os lucros para apresentar, a tendência é que a mulher se sinta cobrada, especialmente do parceiro, que “segura” as contas da casa. Resultado? Com a pressão, ela pode ouvir que fica em casa o dia todo e não dá conta nem de empreender nem de manter a casa arrumada, ficando desestimulada.

6. Carga mental

Todos os fatores citados acima levam à famosa carga mental, que é resultado da sobrecarga de todas as demandas do negócio, além do estado emocional,

que pode ficar mais abalado. E isso vai se refletir na sua produtividade e criatividade, formando um ciclo nada saudável.

Maternidade: impulso e não empecilho

Assim como existem startups voltadas à capacitação das mães para que tenham êxito em seus empreendimentos, há iniciativas que visam trabalhar a mudança de cultura e comportamento das empresas em relação as mães, a fim de que a maternidade seja vista como um impulso e não empecilho para o crescimento profissional.

“Nossa luta é para que as mães possam de fato escolher o que é melhor para elas. Abandonar a carreira, empreender ou voltar ao trabalho após ter filhos tem que ser uma escolha consciente e não uma falta de opção”, defendem Luciana Cattony e Susana Zaman, criadoras do projeto Maternidade nas Empresas, e professoras do MBA de Diversidade Desenvolvimento de Práticas Inclusivas nas Organizações, da Universidade La Salle, em Canoas (RS).

As especialistas reforçam ainda que após se tornar mãe, a mulher desenvolve habilidades ou softskills que podem ser usados no ambiente corporativo, como gestão de recursos, comunicação, liderança, capacidade de improvisar e de assumir riscos. E completam: “Acreditamos que o papel das empresas mudou. O futuro será feito por organizações que entendem a equidade de gênero como poderoso instrumento para alavancar ambientes, negócios e culturas. Mais do que nunca, não faz sentido a mulher ter que escolher entre carreira ou filhos.”

Quer se manter no mundo corporativo?

- **Maternidade nas Empresas**

Consultoria para equidade de gênero com foco na maternidade, tem como missão ajudar as empresas com estratégias de negócios que contribuem para atrair e reter talentos femininos e valorizar a mulher/mãe no mercado de trabalho. Suas palestras e workshops já impactaram mais de 7 mil pessoas.

- **M.A.M - Mães Atuantes no Mercado**

Idealizada por profissionais de RH, inovação e comunicação, a consultoria incentiva a recolocação profissional das mães, oferecendo a elas a divulgação de vagas com flexibilidade ou benefícios, além de dar dicas de carreira. A plataforma é também um banco de currículos, fazendo a conexão entre as mães e as corporações. E para as mães que desejarem uma consultoria para se saírem melhor na recolocação, há a possibilidade de pagar pela coaching de carreira. Já para as empresas, oferece consultoria para implementação de projetos de acolhimento e desenvolvimento de mães.

- **Contrate uma mãe**

É um banco de currículo que faz a ponte entre mães que querem retornar ao mercado de trabalho e empresas que desejam contratar mães. Idealizado por profissionais de RH, inovação e comunicação, tem como missão incentivar mães a perceberem o seu real valor e a se recolocarem no mercado de trabalho com mais orientação e melhores condições de empregabilidade.

- **Filhos no currículo**

A empresa oferece programas corporativos pensados para todas as fases da jornada de mães e pais, desde a gestação até o retorno ao trabalho pós-licença. Auxilia outras empresas a revisitarem suas estratégias através de projetos de consultoria e ações de conscientização, incluindo os filhos de seus funcionários no centro de suas estratégias e fóruns de discussão. Lançou também o movimento #meufilhonocurriculo, incentivando mães e pais a contarem no currículo e perfil do LinkedIn que têm filhos. Também lançaram a camiseta personalizada do projeto, com o nome do filho estampado, para influenciar esse movimento.

Por Aline Dini

Mulheres negras estão 50% mais vulneráveis ao desemprego, mostra pesquisa do Ipea

Taxa de desemprego entre mulheres negras é 80% superior à do início da crise; entre homens brancos, a variação no período foi de 4,6 pontos percentuais.

[\(G1, 31/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres negras estão 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgada nesta quarta-feira (31).

O estudo, que utiliza como base dados da Pnad Contínua, mostra que, a cada 1 ponto percentual a mais na taxa de desemprego de uma unidade federativa, a desocupação de mulheres negras daquela mesma unidade sofre, em média, um aumento de 1,5 ponto percentual.

Além disso, entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017, mulheres negras representaram a fatia com maior aumento absoluto na taxa de desemprego, uma variação de 8,8 pontos percentuais. O instituto distingue os dados entre homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.

Segundo o Ipea, a taxa de desemprego entre mulheres negras é 80% superior àquela encontrada antes do início da recessão de 2015-2016.

Entre homens brancos, a variação no período foi de 4,6 pontos percentuais. Entre negros do sexo masculino, o desemprego cresceu 7 pontos percentuais no mesmo intervalo de tempo. A disparidade ocorre desde antes da queda do PIB em 2015-2016.

“Os resultados indicam que a resposta da taxa de desemprego dos grupos durante a recessão não foi alterada”, diz trecho do estudo.

“A recessão não afetou de maneira heterogênea a sensibilidade dos grupos socioeconômicos ao aumento da taxa de desemprego.”

Na avaliação do Ipea, não foram encontrados discrepâncias muito grandes no comportamento da taxa de desemprego quando comparadas as mulheres brancas e negras, há uma pequena diferença de 0,2 ponto percentual na desocupação mas “não é significativa do ponto de vista estatístico”.

“O mesmo pode ser dito em relação à diferença entre as mulheres brancas e os homens”, diz um trecho do estudo.

“Não há diferença de resposta entre os dois grupos masculinos.”

Ao investigar como o desempenho da economia afeta cada um dos grupos de diferentes idades e cor da pele, o Ipea aponta que períodos de maior dificuldade econômica, como a recessão de 2015-2016 afetam tanto “o número de pessoas que passam a buscar emprego quanto...o tempo em que os desempregados se mantêm nessa condição”.

“Assim mesmo, é possível notar um padrão de heterogeneidade entre os grupos semelhante ao verificado para a taxa de desemprego, isto é, com as mulheres negras experimentando um resultado mais adverso que os homens brancos, o mesmo se passando na comparação dos jovens com os adultos.”

Faixa etária

Jovens de 18 a 29 anos estão entre os mais afetados, com uma relação de 1,7 em relação à taxa geral de desemprego. Ou seja, a cada um ponto percentual de aumento na taxa de desemprego, há um avanço de 1,7 ponto percentual na desocupação desta faixa etária. Na faixa etária de 30 a 64 anos, a relação é de 0,7 ponto percentual, segundo o Ipea.

“Conhecer em que medida as oscilações da economia afetam o desemprego dos diferentes grupos socioeconômicos é uma tarefa importante, pois permite que se (re)desenhe a política pública de forma mais adequada às heterogeneidades desses grupos no mercado de trabalho”, afirma a pesquisa.

“Embora haja alguma heterogeneidade entre os grupos nas respostas às

mudanças nas condições do mercado de trabalho em geral, essa heterogeneidade não se altera de forma expressiva em momentos de recessão.”